



Problemas e mitos na luta pela moradia

*Erminia Maricato**

O agravamento da crise habitacional tem motivado muitos debates entre os militantes dos movimentos urbanos, sem que, entretanto, tenha surgido uma estratégia comum e lúcida de como enfrentar o problema.

Com a intenção de contribuir para a definição de estratégias políticas, vamos abordar três temas que freqüentemente são tratados de forma isolada, podendo constituir mitos dados como indiscutíveis.

O primeiro deles é o de que a intensa migração campo/cidade é a grande, quando não a única, responsável pelos problemas habitacionais. O segundo diz respeito à defesa do acesso à terra como forma principal de obtenção da moradia e o terceiro trata do mutirão como a forma mais desejável de produção, não só da moradia, mas também da elevação da consciência popular.

A forma provocativa ou esquemática do texto em alguns momentos é intencional e visa contribuir para aprofundar a discussão sobre o assunto.

A MIGRAÇÃO INTENSA NÃO É A ÚNICA CAUSA DA CRISE DE MORADIAS

É bastante comum pessoas abordarem os problemas urbanos como consequência da migração rural. Quando essa atitude é tomada por setores conservadores, eles se limitam a desafiar os dados de crescimento urbano, para mostrar como este é exagerado e como não há soluções para os problemas urbanos diante de tais índices. Poderíamos citar inúmeros livros, artigos ou documentos governamentais, que prenunciam um verdadeiro apocalipse para o ano 2000, quando, de acordo com estimativas citadas, São Paulo terá mais de trinta milhões de habitantes. É claro que, pelo seu viés conservador, os referidos setores não mencionam a questão agrária, mas também muito mais a apoiar as políticas de controle demográfico.

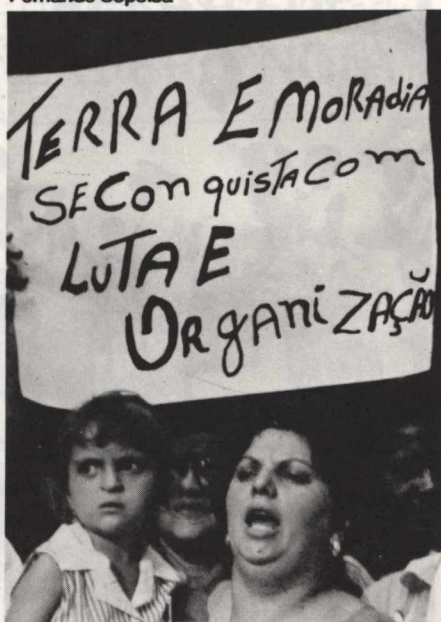
A relação direta entre problemas urbanos e migrações/questão agrária também é feita por setores progressistas, para os quais a Reforma Agrária seria necessária e suficiente para a solução dos problemas urbanos na medida em que permitiria o estancamento da migração rural-urbana.

Esse raciocínio também localiza na migração a causa dos males urbanos.

Quando dizemos que o significativo processo de migração campo/cidade do Brasil contribui decisivamente para a situação de crise e carência que se verifica no meio urbano, não estamos dizendo tudo. De fato, a partir de 1940 um processo de urbanização/industrialização começa a marcar mais intensamente a ocupação do espaço e a economia no Brasil. Se em 1940 o Brasil tinha aproximadamente 31% da população nas cidades, em 1985 esse número é maior do que 75%. Uma imensa massa se desloca, abandona o lugar de origem, muda completamente de vida.

A migração interna massiva fornece força de trabalho abundante para o crescimento industrial, porém, as péssimas condições de moradia

Fernando Sopelsa



na cidade que acompanha essa população migrante, não se devem apenas à velocidade e intensidade da migração.

Nas formas de produção do espaço urbano está outra fonte que explica a carência, a segregação ou as más condições de moradia. A demanda por moradias e correspondentes serviços e equipamentos urbanos é muito grande, mas nada é feito de significativo, em termos de política pública para seu atendimento. Ao contrário, ao favorecer os interesses do capital imobiliário e das grandes empreiteiras, as políticas governamentais fortaleceram, mais do que combateram, a segregação espacial. Durante a existência do BNH, este atuou como instrumento de transferência de renda de todos os trabalhadores, através da arrecadação do FGTS, para o mercado de imóveis de renda média alta, mais acentuadamente na primeira metade da década de 70. (1)

O BNH/SFH (Banco Nacional da Habitação e Sistema Financeiro da Habitação), deram um impulso decisivo para a produção capitalista da moradia que até 1964 carecia principalmente de recursos financeiros. Seguiu-se à data de criação do BNH/SFH (1964 e 1967, respectivamente), o que podemos chamar de modernização da produção do espaço urbano com a estruturação e capitalização da rede de agentes finan-

ceiros, diversificação dos materiais, equipamentos e componentes de construção, fortalecimento dos incorporadores imobiliários e das empresas de construção.

O mercado de terras não podia ficar alheio a essa mudança já que a terra é condição indispensável para a construção. Além dessa condição de dependência, o fato da terra ser objeto de apropriação privada e mercadoria finita, não reproduzível, dá a ela certas características especiais de que falaremos adiante.

O avanço das relações capitalistas na produção do espaço implica em mudanças na apropriação e no preço da terra.

Esses interesses que cercam a produção da moradia e do espaço urbano em geral, dificultem o assentamento residencial da população migrante. Em países do chamado terceiro mundo, mesmo em países com algum grau de industrialização como o Brasil, o problema da moradia de parte das camadas populares é resolvido fora do mercado imobiliário dito "formal". O loteamento ilegal, a favela ou o cortiço, compõem o setor "informal" da habitação. Eles não podem ser tomados separadamente do setor "formal", mas ao contrário, o "arcaico" e o "moderno" se combinam e dão as características do processo de acumulação como um todo. (2)

A ilegalidade do "arcaico" ou "informal" é tolerada pelo Estado que, dessa forma, garante a reprodução barata da força de trabalho (o componente moradia pesa pouco no orçamento doméstico), e pode também investir seus recursos fundamentalmente na reprodução do setor "moderno".

Portanto, queremos concluir que, além da migração intensa, influi decisivamente nas péssimas condições habitacionais no Brasil, a forma como se dá a produção e a apropriação do espaço construído, com ênfase particular à relação **Estado, capital imobiliário e condições de uso e ocupação do solo**. É preciso reconhecer a existência de capitais para os quais é um negócio para a extração de lucro. E há uma profunda

oposição entre aqueles que vêem nas cidades um **local para viver** (os trabalhadores) e aqueles que vêem a cidade como um **negócio para extração de lucros, juros ou rendas**.

O DIREITO À CIDADE VAI ALÉM DO DIREITO À TERRA

Devemos saudar a consciência popular do direito à terra. Nas lutas organizadas pela moradia em todo o Brasil é possível constatar que a apropriação privada da terra não é vista como um direito inalienável. Essa consciência move milhares de pessoas a ocuparem terras urbanas vazias.

É preciso constatar, entretanto, que a moradia urbana vai além do terreno. Ela deve ser de transporte público, água tratada (a água contaminada é a maior fonte de doenças infantis), energia elétrica, drenagem pluvial, coleta de lixo, pavimentação, além de estar próxima de escolas, centros de saúde, centros de abastecimento, etc. Habitar na cidade vai além de possuir um terreno ou mesmo uma casa.

O cotidiano de milhares de moradores das periferias desurbanizadas das cidades brasileiras é marcado por acontecimentos dramáticos como a ocorrência de partos em táxis ou carros particulares, tal a distância entre a moradia e os hospitais regionais, quando existem. Os transportes implicam no empenho de boa parte do orçamento doméstico, além do empenho de boa parte das horas de cada dia. A grande maioria das casas que ocupam a periferia desurbanizada, são casas próprias, construídas, em geral, em loteamentos ilegais ou clandestinos. A conquista do direito à casa, não implica na conquista do direito à cidade. **A localização da moradia tem um preço** diferenciado na cidade. Um mesmo imóvel pode custar preços completamente diferentes dependendo de sua localização, isto é, dependendo principalmente das oportunidades de acesso aos equipamentos coletivos, serviços e infraestrutura urbanos.

A propriedade que tem a terra de



valorizar-se e de apresentar preços diferenciados, a partir, principalmente, dos investimentos em seu entorno, explica em grande parte a segregação espacial e a carência habitacional. Mas a luta que se trava pela apropriação da renda fundiária na cidade, mais uma vez não explica tudo. A terra é condição de realização do capital imobiliário que, além das rendas imobiliárias, busca juros e lucros. Ele tem necessidade de se apropriar dela para se realizar.

Como já fizemos notar anteriormente, o avanço das relações capitalistas na produção da habitação acarreta uma mudança no mercado de terras com a diminuição das alternativas "informais" ou de produção doméstica. Quanto maior for a organização capitalista na produção do espaço, menores serão as oportunidades da produção "informal" e, conseqüentemente, maior será a repressão sobre as ocupações de terra. Isso explica porque em algumas cidades brasileiras (ou latino-americanas), as ocupações de terra não são reprimidas, ou não eram, há alguns anos atrás. Tudo depende do desenvolvimento da produção capitalista imobiliária e do controle que exerce sobre a terra.

Uma das causas da crise habitacional vivida hoje pelos setores populares no Brasil está na coibição de uma importante forma de produção da moradia barata: o loteamento

clandestino ou ilegal. A Lei Federal 6.766/79, que criminaliza o loteador clandestino, inibiu decisivamente o parcelamento ilegal de glebas em áreas desurbanizadas. Desde a década de 40, o loteamento clandestino tem marcado a formação das periferias urbanas, combinado à auto-construção da casa, nos fins de semana, durante vários anos. O crescimento das favelas acentuou-se fortemente nos anos 80 em cidades como São Paulo e resta verificar a hipótese, freqüentemente levantada, do maior adensamento dos cortiços em anos recentes. (4)

Terras que antes de 1979 poderiam ser destinadas a esse tipo de loteamento popular, hoje certamente terão um uso mais adequado ao capital produtivo. O acesso à terra pelas camadas populares torna-se mais difícil. Como o investimento público é fundamental para a valorização das terras ou imóveis urbanos, estabelece-se também uma luta para influir na direção e localização dos investimentos: os movimentos populares reivindicam porque não têm o capital imobiliário para se apropriar da valorização imobiliária.

O documento "Solo Urbano e Ação Pastoral", lançado pela CNBB durante sua XXª Reunião Anual, em 1982, é pioneiro ao trazer para o debate amplo a questão da relação terra e carência habitacional. O texto se detém na abordagem da especu-

lação que se faz com a retenção de terras vazias em áreas urbanas. Essa prática é alimentada pelo mecanismo da valorização: transferência de renda de toda a sociedade para os proprietários de terrenos. (5) É possível verificar que inúmeras cidades brasileiras que apresentam carência habitacional aguda, como Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador e outras, tenham perto de 50% das terras urbanas sem utilização. O único "pecado" do documento é deixar de revelar a profunda imbricação desse mercado de terras com o capital imobiliário. Se os proprietários de terra constituíssem um grupo à parte, independente do capital imobiliário (financeiro, construção e incorporação), certamente este apoiaria a proposta de Reforma Urbana, ou seja, ele apoiaria medidas coibidoras da retenção especulativa da terra urbana, como aconteceu em países capitalistas avançados (ou como ainda pode vir a ocorrer no Brasil).

* Aonde o direito de propriedade é bastante atenuado e o direito de construir é desvinculado do direito de superfície.

A retenção da terra urbana obstaculiza a realização do capital produtivo que precisa de terra disponível para a construção.

Quando dissemos, anteriormente, que o direito à terra não é o direito à cidade, procuramos tratar o assunto através de dois caminhos: um deles lembrando que a casa na cidade não é uma ilha e que a um número determinado de domicílios deve corresponder o equivalente em infraestrutura e equipamentos e serviços urbanos. Quando o número de domicílios é muito grande (exemplo das aproximadamente 30.000 moradias

do conjunto de Itaquera no município de São Paulo), o impacto causado pelas demandas das novas moradias deve merecer estudo ao nível de toda a cidade. O outro caminho procurou lembrar que a terra na cidade está crescentemente atrelada ao capital imobiliário com o avanço das relações capitalistas de produção. Este precisa ter algum controle sobre o estoque de terras para se realizar, o que torna a democratização do acesso à terra mais difícil.

MUTIRÃO NÃO É PANACÉIA PARA O PROBLEMA HABITACIONAL E NEM PARA A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA POPULAR

Finalmente, queremos contribuir aqui para o debate sobre o mutirão como forma de construção da habitação popular.

Antiga prática rural que envolve trabalho gratuito, solidariedade e festa, o mutirão tem sido utilizado ou apontado como panacéia para o saneamento de déficit habitacionais por: a) agências internacionais reformistas que prestam ajuda (ou "ajuda") ao terceiro mundo; b) governos do terceiro mundo em períodos de crise econômica; c) setores ligados à luta popular.

Sem desconhecer algumas experiências bem sucedidas de construção de habitações através de mutirões (e nesse caso é preciso reconhecer o sucesso da experiência uruguaia de cooperativa habitacionais (6)) é preciso reconhecer que o tratamento dessa questão tem sido bastante simplificado e desinformado.

Arquivo do CEM



Durante a década de 60, agências internacionais de "ajuda" ao terceiro mundo iniciaram o desenvolvimento de programas habitacionais baseados no "self help housing" (autoconstrução). Na década de 70 o Banco Mundial atingiu 35 diferentes países com essa estratégia. Além do barateamento da moradia para os "pobres", a ação foi embasada em um ideário que pode ser encontrado em vários autores (entre os quais se destaca o inglês John Turner) que desenvolveram conceitos sobre a liberdade de construir (freedom to built), o controle do morador sobre sua habitação (dweller contro), e a participação dos usuários na definição de seu espaço e na comunidade. A autoconstrução é vista como uma manifestação espontânea da população pobre.

Segundo alguns estudiosos, essa estratégia de ação foi implementada decididamente apenas a partir da revolução cubana (1959), quando as condições de miséria urbana na América Latina e suas conseqüências passam a preocupar os Estados Unidos, e estaria ligada às situações de crise econômica.

Entretanto, a vinculação entre a crise econômica e política de construção por mutirões não é exclusividade de agências internacionais; ela tem-se verificado no Brasil exatamente a partir da crise dos anos 80. O BNH historicamente avesso ao mutirão aprova um programa voltado a essa prática, o João de Barro em 1983. Também o governo Montoro (1982/1986) no Estado de São Paulo, estruturou sua Companhia de Desenvolvimento Habitacional para construir com a utilização da mão-de-obra dos futuros proprietários em mutirão. A gestão apresenta casos bem sucedidos e casos que redundaram em completo fracasso. A prefeitura deveria doar terreno e infraestrutura, além de alocar na obra engenheiro e mestre de obras. O governo entrava com o financiamento do material de construção e equipe de treinamento. Aparentemente a proposta é boa, mas consta que o governo estadual construiu apenas 5.000 casas em 4 anos, em todo o Estado.

Durante esse período de retorno

das eleições diretas a governador e prefeito das capitais, muitos governantes enveredaram pela política dos mutirões em todo o Brasil. De um lado o colapso do SFH/BNH inviabilizou o repasse de recursos, de outro, as eleições diretas exigiam cumprimento das promessas de campanha voltadas para os problemas sociais. A cooptação e a demagogia marcaram a maior parte dos mutirões oficiais de produção da moradia, em geral, experiências pontuais. O caso mais notável foi o mutirão de Goiânia, aonde o então governador Íris Rezende e seu secretário do planejamento Flávio Peixoto, promoveram a construção de 1.000 casas em um dia. Fizemos a crítica detalhada desse evento em artigo específico e não é o caso de refazê-la aqui (8). Basta lembrar que a União dos Posseiros de Goiânia que reunia a grande maioria dos posseiros urbanos, apelidou o mutirão de Goiás de mentirão de Goiás.

Do lado dos movimentos populares urbanos, e mesmo para algumas administrações progressistas, o mutirão freqüentemente aparece como forma privilegiada de organizar os trabalhadores sem casa e elevar seu nível de consciência. Além disso, argumenta-se também que é a única forma do trabalhador adquirir uma casa de boa qualidade (9).

É preciso reconhecer que os custos financeiros bem como a escandalosa má qualidade que acompanham as construções feitas pelo Estado, assustam a população de baixa renda. O envolvimento direto na construção permite então um barateamento com controle do financiamento e controle também do produto resultante. Entretanto, a construção por mutirão não representa **necessariamente**, nem aprofundamento da organização, nem elevação da consciência política, nem barateamento, nem boa qualidade. Numerosas tentativas estão aí para provar. As poucas, e são bem poucas, experiências que verificaram todas essas qualidades, foram executadas em condições especiais aonde o fundamental é a **autogestão** do empreendimento por parte de uma entidade representativa dos mutirantes.



Arquivo do CEM

Um grau razoável de organização prévia dos moradores e a necessária assistência técnica com caráter democrático também são indispensáveis nesse caso. É possível, mas é bastante complexo o projeto de produção de habitações por mutirões em escala massiva. É possível fugir das relações autoritárias que caracterizam a produção capitalista, mas a organização do mutirão massivo demanda muito planejamento e organização da produção. Quando o mutirão supera um prazo previsto e começa a se "arrastar", o desgaste dos participantes é muito grande, e a desistência pode ser o caminho de muitos. A falta de previsão em relação a materiais de construção, condições de instalação do canteiro, (água, energia, almoxarifado, alimentação, oficina, etc.), processo de trabalho, organização da produção, etc. já conduziram muitos mutirões ao desgaste excessivo ou mesmo ao fracasso.

Além desses aspectos internos à produção e que podem ser superados quando há um razoável grau de organização popular, além de assistência técnica competente e democrática, sempre é importante lembrar argumentos de natureza mais geral. A casa unifamiliar em lote individual certamente não resulta em padrão urbanístico adequado para as áreas metropolitanas. A excessiva extensão horizontal do tecido urbano que caracteriza hoje as periferias das nossas cidades, compromete a instalação de infraestrutura e equipamentos coletivos, devido à relação des-

favorável entre custo e densidade de uso. Um governo que tenha boa vontade de urbanizar a periferia urbana enfrenta esse problema.

A construção de conjuntos de edifícios baixos de apartamentos servidos de áreas e equipamentos coletivos, foi o padrão eleito pelos países socialistas para potencializar o uso dos investimentos sociais e liberar o solo para o uso coletivo. Os possíveis 40m² de quintal para uso individual, podem tornar-se uma área de uso coletivo de 800m² para 20 famílias.

A disputa pelos diminutos apartamentos do Conjunto Habitacional de Itaquera, (cuja compra através de financiamento era bastante vantajosa em fins dos anos 70), provou que a necessidade de pisar a terra, fazer a horta individual ou criar algumas galinhas, não é tão prioritária para a população migrante como pensam alguns. A adaptação ao apartamento não é uma escolha, mas não é difícil, a realidade tem provado isso.

Outro argumento que acompanha constantemente o debate sobre o mutirão é o do sobretrabalho ao trabalhador nos fins-de-semana e horas de folga, em que deveria repor suas forças, o trabalhador está contribuindo diretamente para sua exploração ao acionar o mecanismo que permite diminuir o preço geral da força de trabalho que apela para o sobretrabalho para resolver sua necessidade com habitação. (10) Essa prática aparentemente voluntária e **disseminada** entre os migrantes que se ins-

talam na cidade. Dessa forma foram construídas as periferias urbanas. Uma forma bastante conveniente ao Estado e ao capital industrial que se desobrigam de investir ou pagar a construção dos bairros em que vivem os trabalhadores. Adotar essa prática de mutirão como política institucional ou política do movimento popular é que merece um debate sobre quando e onde ela é recomendável.

Durante os anos 80, com a crise econômica e a política recessiva inspirada pelo FMI -Fundo Monetário Internacional, a crise habitacional e urbana agravou-se bastante. Em média, 5% do valor do PIB (Produto Interno Bruto), ou seja, tudo o que foi produzido no país está sendo anualmente transferido para os credores internacionais.

Ao mesmo tempo a prioridade e os subsídios dados à política de exportação, ao lado dos cortes nas despesas públicas (leia-se gastos sociais) e arrocho salarial, trouxeram a penúria e o desemprego. A mortalidade infantil que havia caído na década de 70, volta a subir em 1985. É com a fome e o sofrimento, com a superexploração da população trabalhadora que se "honra" o pagamento de uma dívida contraída pelos governos autoritários. (11)

Mas a recessão não atinge a todos. O Brasil acentuou a concentração interna da renda, que é o caso

mais acentuado do mundo: os 10% mais ricos detêm 50,6% da renda e os 20% mais pobres detêm 2% da renda. (Apenas o Peru e o Panamá se comparam ao Brasil com essas taxas de concentração na América Latina).

Como já dissemos, é num quadro de recessão como esse que a prática do mutirão aparece como estratégia política dos governos e também, em parte, dos movimentos populares. O corte nos gastos públicos impede que o governo invista em gastos sociais. Por isso, a discussão da proposta exige pelo menos que se responda às perguntas: quem vai se beneficiar com o sobretrabalho empregado nos mutirões? Essa estratégia auxilia a luta mais geral por empregos e salários dignos?

É claro que a situação concreta e específica de cada movimento popular pode colocar a necessidade do mutirão. Ele pode ser uma exigência do ritmo da história e da dinâmica do movimento. Em entrevista dada à revista Proposta (Fase, nº 35) Modesto Azevedo, liderança do Jardim Adventista, aonde foram construídas 600 casas em mutirão, revela com toda clareza:

"É muito importante ressaltar que o mutirão não é uma opção e sim falta de opção: por que sacrificar o descanso do trabalhador durante um ano e meio?! Porque as propostas do governo são muito ruins".

Dependendo da conjuntura e da urgência, o mutirão acaba sendo uma saída, não necessariamente a melhor ou a desejável, mas a possível.

Como conclusão central, julgamos que é preciso resgatar a **autogestão da proposta, a participação nas decisões e também o debate das políticas mais gerais.**

A participação no trabalho de mutirão não é, necessariamente, o melhor caminho para todos. Há a alternativa da construção por cooperativas da pré-fabricação (usinas de produção de componentes), com a montagem em mutirão. Há, inclusive, a possibilidade de aceitar a construção empresarial, desde que seja possível fiscalizar a obra e participar nas definições do projeto e formas de financiamento.

Como lembrete final, fica o registro de que qualquer dessas alternativas não prescindem da Reforma Urbana, única forma de viabilizar o acesso ao solo urbano e à cidade como um todo. A Reforma Urbana é condição indispensável, urgente e inadiável para o acesso à moradia pela população trabalhadora, qualquer que seja a alternativa de construção da mesma.

** (Arquiteta. Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Assessora da Articulação Nacional do Solo Urbano).*

notas

(1) Ver a esse respeito os livros "Política Habitacional no Regime Militar de Ermínia Maricato, Vozes, Petrópolis, 1987 e "Habitação e Poder" de S. Azevedo & L. A. G. Andrade, Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

(2) A partir do estudo de Francisco de Oliveira, "A economia brasileira: crítica à razão dualista" (Cebap/Brasiliense, Estudos do Cebap, nº2, 1972) seguiu-se intenso debate de crítica às interpretações dualistas da economia dos países periféricos. O autor pretendeu substituí-la pela marca do "desigual/combinação", que caracterizaria a realidade desses países.

(3) Na produção do espaço construído, a força de trabalho passa do "formal" para o "informal" dependendo da conjuntura e da oferta de empregos. Tanto os operários da construção, quanto os operários industriais em épocas de desemprego, podem recorrer aos "bicos" na construção de casas (ampliação, instalações, reformas, etc) da periferia urbana. Um sistema de vasos comunicantes, talvez seja a imagem adequada para representar as diversas formas de produção de moradia com a troca entre elas de materiais, tecnologia, força de trabalho, etc.

(4) Um levantamento da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do município de São Paulo aponta um crescimento de mais de 1.000% do número de favelados em 15 anos (1973/1988). Em anos mais recentes esse crescimento se acentuou.

(5) Segundo MARTINS a relação de propriedade da terra é uma relação social. O proprietário cobra uma renda de toda a sociedade pela sua terra. Essa renda não é produzida nem direta, nem exclusivamente em sua propriedade. Ver "Os camponeses e a política no Brasil", J. S. Martins, Vozes, Petrópolis, 1986.

(6) Ver a respeito "Auto ajuda e ajuda mútua: a participação da população na produção de moradias", IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, 1984.

(7) Ver a respeito boletins e impressos do comitê on housing, building and planning da United Nations e também do Banco Mundial. Ver ainda "Políticas alternativas de habitação popular", L. Valladares. Rev. Espaço e Debates, Nobel, São Paulo, nº 16, ano V, 1985.

(8) Ver a respeito o artigo "O mentirão, ou melhor, o mutirão de Goiás", Ermínia Maricato e L. Moraes, Rev. Lua Nova, Porto Alegre, Ed. LPM, vol. 3, nº 2, 1986.

(9) Ver debate a respeito na revista Proposta, nº 5, FASE, Rio de Janeiro, 1987. Sobre o mutirão da Associação de Construção comunitária por mutirão do Parque São Bernardo, ver "Habitação popular em São Bernardo do Campo" TGI de Viviane Baddini Pinhata, FAU USP, 1987. Ver ainda estudo do IPT citado na nota 6.

(10) Ver o filme documentário "Fim de Sernana", direção de Renato Tapajós, que se ocupa da autoconstrução na periferia de São Paulo. O argumento do filme está desenvolvido no ensaio "Autoconstrução, a arquitetura possível", no livro "A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial", Alfa Omega, São Paulo, 1979, organizado por Emília Maricato.

(11) O assunto da dívida externa latino-americana está bem desenvolvido no livro de B. Kucinski & S. Branford, "A ditadura da dívida", Brasiliense, São Paulo, 1987.